

## Juventudes, trabalho e educação no Brasil: dilemas e desafios

CARLOS EDUARDO CARDOZO<sup>1</sup>

**Resumo:** No presente artigo, vamos debater o sentido da precarização do mundo do trabalho e os impactos severos sobre a juventude. Atentamo-nos para os dilemas que cercam as juventudes brasileiras no mundo atual e as questões que tangenciam o debate com o foco na educação. Partindo de autores da sociologia crítica e da educação e de diversas pesquisas nacionais e internacionais (ANTUNES, 2018; BRAGA, 2017; PEREGRINO, 2011), observamos o fenômeno a partir da tensão entre trabalho e educação, abordando a noção do precariado como conceito estruturante de análise. Assim, percebemos como as camadas sociais são atingidas com um trabalho precoce e precário associado a um processo de educação carregada de defasagens, quando não de interrupções da escolarização. O contexto atual, marcado pela pandemia, catalisa o processo de mudança em curso na sociedade no âmbito das relações de trabalho, cuja categoria mais impactada são os jovens.

Palavras-chave: Educação. Trabalho. Juventude. Precariado.

### Youth, work and education in Brazil: dilemmas and challenges

**Abstract:** In this article, we discuss the meaning of the precariousness of the world of work and the severe impacts on youth. We pay attention to the dilemmas that surround Brazilian youth in today's world and the issues that touch the debate with a focus on education. Based on authors from critical sociology and education and from several national and international researches (ANTUNES, 2018; BRAGA, 2017; PEREGRINO, 2011), we observe the phenomenon from the tension between work and education, approaching the notion of precariousness as a structuring concept of analysis. Thus, it is observed how the social strata are affected with precarious and precarious work associated with an education process fraught with delays, if not interruptions in schooling. The current context, marked by the pandemic, catalyzes the process of change underway in society in the context of labor relations, whose most impacted category are young people.

Keywords: Education. Job. Youth. Precariate.

### Juventudes, trabajo y educación en Brasil: dilemas y desafíos

**Resumen:** En este artículo, discutimos el sentido de precariedad en el mundo del trabajo y los severos impactos en la juventud. Prestamos atención a los dilemas que rodean

a la juventud brasileña en el mundo de hoy y los temas que tocan el debate con enfoque en la educación. A partir de autores de la sociología crítica y la educación y de diversas investigaciones nacionales e internacionales (ANTUNES, 2018; BRAGA, 2017; PEREGRINO, 2011), observamos el fenómeno desde la tensión entre trabajo y educación, abordando la noción del precariado como concepto estructurante de análisis. Así, se observa cómo los estratos sociales se ven afectados por un trabajo precoz y precario asociado a un proceso educativo cargado de rezagos cuando no de interrupciones en la escolaridad. El contexto actual, marcado por la pandemia, cataliza el proceso de cambio en curso en la sociedad en el ámbito de las relaciones laborales, cuya categoría es más impactada por los jóvenes.

Palabras clave: Educación. Trabajo. Juventud. Precariado.

## Introdução

Tomado por diferentes ângulos, o tema de que nos ocupamos neste artigo é, desde o início, complexo e controverso. Essa complexidade e essa controvérsia têm início com a dificuldade de se ter um conceito unívoco de juventude, por razões históricas, sociais e culturais. Em alguns momentos, a juventude é considerada apenas como um recorte etário, com base em sua compreensão da faixa etária; em outros, é analisada a partir de uma compreensão mais biológica, considerando o ser humano em uma fase de transformações em seu desenvolvimento corpóreo. Ainda, a juventude pode ser descrita em uma abordagem e viés psicológico, considerada uma fase de crise, descobertas e construção da autonomia. Tratar “juventude” como um conceito construído histórica e culturalmente já é lugar comum entre pesquisas e pesquisadores. As definições sobre “o que é ser jovem?” têm mudado no tempo e são também diferentes nas diversas culturas e espaços sociais.

Assim, é necessário, falar em juventude como um conceito no plural: em juventudes (DAYRELL, 2003). Ao optarmos por essa compreensão, poderemos levar em conta particularidades e até aspectos singulares sem cair em uma perspectiva atomizada e/ou simplista. Os sujeitos jovens (ou as juventudes) teimam em não ser uma unidade do diverso econômico, cultural, étnico, religioso, de gênero etc.

Não menos controvertido e complexo é o tema do ‘trabalho’ e do ‘emprego’, em torno do qual há simplificações e mistificações de toda ordem, especialmente em tempos atuais. O mais elementar é reduzir o trabalho, de atividade humana vital – forma de o ser humano criar e recriar seus meios de vida –, a emprego, forma específica que assume predominantemente o trabalho sob o capitalismo: compra e venda de força de trabalho.

Os jovens a que nos referimos nesta análise têm “rostro definido”. Pertencem à classe ou fração de classe de filhos de trabalhadores assalariados ou que produzem a vida de forma precária por conta própria, no campo e na cidade, em

regiões diversas e com particularidades socioculturais e étnicas. Compõem esse universo aproximadamente 6 milhões de crianças e jovens que têm inserção precoce no mundo do emprego ou subemprego – inserção que não é uma escolha, mas uma imposição de sua origem social e do tipo de sociedade que se construiu no Brasil. Aqui o recorte de classe e, de forma sobreposta, o de cor – ou, mais adequado, como veremos adiante, de raça – evidenciam-se sem a necessidade de muitas mediações.

Os grupos de jovens têm suas especificidades, mas, do ponto de vista psicossocial e cultural, tendem a sofrer um processo de ‘adulterização precoce’. A inserção no mercado formal ou “informal” de trabalho é precária em termos de condições e níveis de remuneração. Uma situação, portanto, muito diversa da dos jovens de “classe média” ou filhos dos donos de meios de produção, que estendem a infância e a juventude. Nesses casos, a grande maioria inicia sua inserção no mundo do trabalho após os 25 anos e em postos de trabalho ou atividades de melhores condições e remuneração.

Há também um número significativo de jovens das grandes capitais, violentados em seu meio e em suas condições de vida, que se enquadram em uma situação que, no mundo da física, denomina-se ponto de não reversibilidade. Trata-se de grupos de jovens que foram tão desumanizados e socialmente violentados, que se tornaram presas fáceis do mercado da prostituição infantojuvenil ou de ‘gangues’ que nada têm a perder ou constituem um exército de soldados do tráfico. Com efeito, em pesquisa feita em 2016 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre o mapa da violência, o Brasil ocupa o terceiro lugar na América Latina (WAISELFISZ, 2016). A situação das grandes capitais é dramática. Em 1980, no Rio de Janeiro, os homicídios de jovens entre 15 e 24 anos representavam 33,2% do número total de mortes da capital. No ano 2010, passaram a representar 58,2%. Esses e outros dados do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU) da Universidade Federal do Rio de Janeiro indicam que as mortes em confronto com a polícia, no Rio de Janeiro, passaram de 900 casos, em 2012, para 1.195, em 2013. Essa tendência, em relação aos jovens nessa faixa etária, reproduz-se em outras capitais, como São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, e nas grandes cidades brasileiras.

A configuração esboçada nos indica que não é por acaso que o tema da relação juventude, trabalho e educação representa, especialmente nas últimas décadas, uma preocupação específica. Aplica-se, para um enorme contingente de jovens no Brasil, aquilo que Viktor Frankl, nos anos 1940, denominava “vida provisória em suspenso”, ao referir-se à situação dos tuberculosos, dos que viveram a experiência dos campos de concentração ou de quem vive em situação de desemprego.

Neste texto, vamos discutir brevemente três aspectos relativos ao tema. Primeiramente, dimensionaremos, com alguns dados mais gerais, o universo de jovens no Brasil, especificando sua origem geográfica – campo, cidade, origem de cor ou raça e escolaridade.

Após essa abordagem, indicaremos algumas inferências relacionadas aos dilemas dos jovens brasileiros, com ênfase na inserção precoce dos jovens no mercado de trabalho e no medo da violência. As teses que enfatizam tal ponto apontam que se trata de uma questão conjuntural, tanto da atual crise do capitalismo “global” quanto, e especialmente, da especificidade da sociedade capitalista historicamente construída no Brasil.

Por fim, iremos nos ater à discussão dos conceitos de trabalho precoce e trabalho precário, duas realidades que atingem, principalmente, as juventudes. A Organização Mundial do Trabalho (OIT) sublinha que o desemprego juvenil no Brasil chegou ao maior índice em quase três décadas em 2017, em que 30% dos jovens entre 15 e 24 anos buscavam uma ocupação (OIT, 2017). Quando confrontado com a média internacional (13,1%), o Brasil possui mais que o dobro e se aproxima de taxas de países que vivem mazelas de guerras intestinas, como Síria (30,6%) e Haiti (34%). Das economias de 190 países analisadas pela OIT, apenas 36 têm resultados piores que o Brasil (OIT, 2017).

Diante disso, buscamos contribuir significativamente com a reflexão das perspectivas da atual condição juvenil em relação à complexidade atinente ao mundo da educação e do trabalho.

## **Alguns traços da população jovem no Brasil: procedência geográfica, raça, trabalho e escolaridade**

Embora a elevação da vida média dos brasileiros nos últimos 60 anos tenha sido significativa e as taxas de natalidade tendam a ser menores, podemos afirmar que o Brasil é um país com um contingente extraordinário de crianças e jovens. Com efeito, de acordo com dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2014, aproximadamente 47% da população brasileira tinha até 24 anos de idade (IBGE, 2015). Um cenário muito diverso, por exemplo, daquele da população da Europa, onde a baixa taxa de natalidade e o aumento da expectativa de vida constituem um problema socioeconômico e político. Entre nós, como já sinalizamos, o problema é de outra ordem: a parcela mais numerosa da infância e da juventude historicamente vem sendo mutilada em seus direitos mais elementares.

Tomando-se a faixa etária entre 15 e 24 anos, encontramos, de acordo com o Censo de 2010, um total de 34.236.064 jovens. Considerando que a população do Brasil, pelo mesmo Censo, é de 190.775.799 habitantes, essa faixa etária re-

presenta aproximadamente 18% (IBGE, 2010). Para termos uma ideia da magnitude desse número, ele está próximo da população total da vizinha Argentina.

Entre os jovens brasileiros de hoje, a desigualdade mais evidente remete à classe social. Esse recorte se explicita claramente na vivência da relação escola/trabalho. A indagação sobre quando e como um jovem começa ou termina de estudar ou trabalhar expõe as fissuras de classe presentes na sociedade brasileira. Este “quando” e este “como” revelam acessos diferenciados a partir das condições econômicas dos pais. Contudo, nas trajetórias dos jovens, as diferenças de origem social e a situação de classe não esgotam o assunto.

Gênero e raça são outros dois recortes que interferem no problema. As moças pobres podem até se “beneficiar” do crescimento do emprego doméstico, mas ganham menos que os rapazes quando ocupam os mesmos postos de trabalho. Por outro lado, a “boa aparência” exigida para os empregos exclui os jovens e as jovens mais pobres, e esse “requisito” atinge, particularmente, jovens negros e negras. Ser pobre, mulher e negra e ser homem e branco faz diferença nas possibilidades de “viver a juventude”.

Essas formas de classificação não são inocentes. Historicamente, no Brasil há um trabalho ideológico no sentido do embranquecimento da população. Assim é que 41% dos jovens entre 15 e 24 anos são considerados oficialmente pardos e, portanto, não negros (IBGE, 2010). Essa leitura dissimula e reforça o preconceito racial. Tal reforço advém da forma de a população negra subjetivar ou representar a si mesma como predominantemente parda. Trata-se do efeito do que Bourdieu (1975, 1982) denominou violência simbólica. Isso, contudo, não apaga o preconceito racial. O preconceito com os negros, do ponto de vista da criminalidade, está mais do que caracterizado na sociedade brasileira. Embora esteja havendo uma maior conscientização de alguns grupos sociais, ainda presenciamos cenas que elucidam a questão do racismo estrutural, tão evidenciado recentemente com o surgimento do movimento *Black Lives Matter* (Vidas negras importam)<sup>2</sup>.

Mas, de novo, não é tudo. Para a maioria da juventude brasileira que vive nas grandes cidades, há ainda outro critério de diferenciação: o local de moradia. O endereço faz diferença: abona ou desabona, amplia ou restringe acessos. Para as gerações passadas, esse critério poderia ser apenas uma expressão da estratificação social, um indicador de renda ou de pertencimento de classe. Hoje, certos endereços também trazem consigo o estigma das áreas urbanas subjugadas pela violência e a corrupção dos traficantes e da polícia – chamadas de favelas, subúrbios, vilas, periferias, morros, conjuntos habitacionais, comunidades. Ao preconceito e à discriminação de classe, gênero e cor adicionam-se o preconceito e “a discriminação por endereço”.

No acesso ao mercado de trabalho, o “endereço” torna-se mais um critério de seleção. No imaginário social, “o jovem que mora em tal lugar de ban-

didos é um bandido em potencial: melhor não empregar”; ou, se ele “mora ali, não vai poder sair para trabalhar quando houver um conflito entre grupos de traficantes ou entre traficantes e a polícia: melhor não empregar”. Conscientes da existência da “discriminação por endereço” que opera nas seleções para o trabalho, muitos jovens encontram estratégias para ocultar o lugar onde vivem e lançam mão de endereços dos patrões dos pais, de parentes, de bairros próximos ou caixas postais.

Contudo, todos esses aspectos até aqui citados ainda não esgotam o diferenciado mosaico que podemos chamar de “juventude brasileira”<sup>3</sup>. As chamadas disparidades regionais e as relações entre o campo e a cidade devem ser consideradas em um necessário diagnóstico, isto é, as diferenças (com seus efeitos positivos ou negativos) entre regiões do país, entre ser jovem no campo ou na cidade, e mesmo as diferenças entre cidades grandes e pequenas devem ser levadas em conta para caracterizar matizes da condição juvenil. Certamente, as particularidades locais podem atenuar ou acentuar algum dos vários vetores que produzem e/ou reproduzem as desigualdades sociais.

## **Dilemas dos jovens hoje: “medo de sobrar, medo de morrer”**

A pesquisa “Retratos da Juventude Brasileira” mapeou e identificou os “medos da juventude brasileira” (ABRAMO; BRANCO, 2005). Quando se perguntou aos jovens sobre os dois maiores problemas do país, eles mencionaram “desemprego” e “violência”. Essas respostas permitem compreender um pouco mais dos dilemas que os jovens de hoje vivem: entre os medos citados por eles, aparecem em destaque o “medo da morte” e o “medo do futuro”. No medo do futuro, expressam-se os sentimentos de uma geração que se defronta com um mercado de trabalho restritivo, mutante e precário (ABRAMO; BRANCO, 2005).

O medo do futuro é quase um sinônimo do medo de “sobrar” e está muito relacionado à inserção no mundo do trabalho. São muitos os medos nessa área: “medo de não estudar e não conseguir emprego”, “medo de estudar e não conseguir emprego”, “medo de conseguir emprego e depois perder”, “medo de ficar desempregado”. Outros são mais genéricos: medo de virar mendigo, de ter uma casa e depois não ter mais, de ficar pior do que se está, de não colher frutos. É interessante notar que, neste caso, o recorte de classe não é único. Com todas as diferenças de expectativas, os jovens de diferentes classes sociais temem o futuro. Como disse uma jovem moradora de uma favela do Rio de Janeiro:

Com esforço cheguei ao segundo grau completo... nós fomos ver um estágio, chegamos lá, tinha advogado, psicólogo, tudo que você possa imaginar... Aí a gente fala: Nossa! O que a gente está fazendo aqui? Me sinto perdida. Tenho medo do futuro. (NOVAES, 2012, p. 110).

Desse modo, ter estudo não garante que se vá trabalhar, e ter trabalhado não garante que se continuará trabalhando. Enquanto a geração anterior pensava “eu vou me aposentar assim ou assado”, esta geração diz palavras vagas sobre o futuro. Pode-se relacionar esse aspecto também à ausência de mobilidade social no Brasil, o que, como já foi dito, afeta diretamente os jovens desta geração.

O medo da morte expressa várias características da insegura vida atual, sobretudo nas metrópoles brasileiras, em que se concentram 31% dos jovens do país, mas também em outras cidades de médio porte (IBGE, 2010). Mesmo que nem sempre os jovens tenham sido atingidos diretamente pela violência urbana, o tema faz parte do imaginário socialmente construído, sendo um marco geracional importante. E entre os jovens de hoje há o temor expresso da morte prematura.

É verdade que falar em juventude – na literatura e na história – é sempre falar de riscos, transgressões, aventuras, necessidade de adrenalina, violência etc. Contudo, do ponto de vista histórico, os limites são testados justamente porque o jovem está, em termos biológicos, mais longe da morte. Esta geração teme a morte e convive com a morte prematura de seus pais. Nesse sentido, não deixa de ser também um paradoxo historicamente inédito: na geração em que se alarga, cronologicamente, o “tempo de ser jovem” em relação às gerações anteriores da mesma sociedade moderna, amplia-se a expectativa de vida da população em geral, e, ao mesmo tempo, também se generaliza um sentimento de vulnerabilidade dos jovens diante da morte.

Não existem pesquisas anteriores que possibilitem uma comparação sobre os medos dos jovens de gerações diferentes. Em uma pesquisa realizada pelas professoras Regina Novaes e Cecília Mello (2002) entre os jovens do Rio de Janeiro, metade deles afirmou temer por suas vidas. Eles têm medo “de bala perdida”, “da polícia”, “do aumento da violência”, “de o tráfico de drogas dominar tudo”, “de ser preso sem motivo”, “de ser violentada”, “de tiro”, “de ser espancada e enterrada viva”, “de violência e injustiça”.

A bala perdida está no imaginário de todos: na casa dos mais ricos, na rua, no ônibus e nas grandes vias. Não por acaso, um dos temas de conversação mais frequente entre os jovens é “a violência”. Com algumas variações e pesos relativos diversos, essa é uma conversa que faz parte do cotidiano dos jovens desta geração. Em qualquer grupo, todos têm algo para contar sobre a polícia. Os mais ricos vão contar que foram “achacados”, como dizem: “tivemos que negociar”, o que, via de regra, implica “molhar a mão do policial”, ou seja, pagar, ser impelido a subornar. Os mais pobres, sobretudo se forem negros, vão dizer que foram humilhados. As jovens mulheres falam que foram paqueradas, seduzidas ou desrespeitadas. Os moradores de favelas, conjuntos habitacionais, periferias e vilas são sempre os mais suspeitos. Sem dúvida, para além da condição econômica e do grau de vulnerabilidade social, há medos compartilhados pelos jovens de hoje.

## Trabalho precoce e trabalho precário: duas faces de uma mesma moeda

Outra realidade que impacta diretamente a vivência dos jovens hoje, sobretudo dos mais pobres, é o trabalho precoce, normalmente associado ao trabalho precário, duas faces de uma mesma realidade construída pelo neoliberalismo atual (PEREGRINO, 2011).

O processo de precarização do trabalho é aquele em que as relações de trabalho sofreram flexibilização, com contrarreformas e destituições de legislações sociais protetoras do trabalho. A proteção social conquistada historicamente e generalizada no período pós-guerra nos países de economia central foi desregulamentada e esvaziada. Nesse processo, a produção capitalista foi reordenada, em uma nova onda de mundialização, em que o sistema produtivo se fragmentou e avançou sobre os países economicamente dependentes, buscando produzir em nações onde a proteção ao trabalho fosse parca, ou mesmo inexistente, somando a quadros de baixos custos de produção.

O trabalho precarizado pode ser entendido como as situações de trabalho que perderam regulação e direitos, ocupações com baixos níveis de qualidade, baixas remunerações e exígua proteção social. Trabalho precarizado é todo aquele trabalho que sofreu o processo de precarização das condições de trabalho e de vida, conseqüentes da superexploração e da expropriação das condições necessárias para as garantias de vida e reprodução dos trabalhadores e de suas famílias.

Ruy Braga (2012) desenvolveu uma análise acerca do trabalho precário no Brasil, retomando a conformação da classe operária e caracterizando-a como historicamente pautada pela precarização. Em “A rebeldia do precariado”, Braga (2017) expõe uma crítica ao pensamento de Castel e Standing, retomando a concepção de trabalho precário, contudo abordando-o a partir da tradição marxiana.

De acordo com Braga (2017), o precariado estaria inserido na superpopulação relativa, demarcado, no tempo presente, por trabalhadores que não possuem qualificações e que sofrem uma rotatividade no mercado de trabalho, acrescido dos jovens à procura do primeiro emprego, dos trabalhadores na informalidade e em trabalhos degradantes. O precariado enquadra-se, para o autor, nas condições de um segmento de classe mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas.

O sociólogo do trabalho Ricardo Antunes (2018) destaca em suas pesquisas a compreensão das novas dinâmicas do proletariado no mundo capitalista atual. Segundo esse autor, observa-se gradativamente a redução drástica do trabalho estável e tornam-se mais frequentes a instabilidade, a informalidade, o *part-time job*, a terceirização, a subcontratação, a rotatividade, a insegurança, o desperdício, a superfluidez, a destrutividade como características dos processos produtivos (ANTUNES, 2018). A aparência da vida social explícita com mais



nitidez a essência do modelo capitalista, ou seja, seu objetivo primário de autovalorização do capital, e a exploração do trabalho, na maioria dos casos, assume uma feição destituída de qualquer caráter civilizatório.

Neste contexto, a questão das precarizações das condições de trabalho, o desemprego e suas repercussões em outras esferas da sociedade aparecem como um fenômeno generalizado. A esse respeito, Antunes (2018, p. 141) nos diz que “a questão não é se o desemprego ou a ‘precarização flexível’ vai ameaçar as pessoas ainda empregadas, mas sim quando elas irão partilhar as agruras da precarização forçada”. Não se trata mais de fenômenos isolados, mas sim de uma tendência geral do atual desenvolvimento capitalista. Representa um “inultrapassável problema estrutural para o capital”, conclui o autor (ANTUNES, 2018, p. 143).

Outro contexto nesta discussão são as transformações no mercado de trabalho introduzidas pela internet e as respectivas plataformas e aplicativos que agregam serviços e mercadorias que vivem um apogeu em tempos de pandemia, durante o ano de 2020. A internet desempenha um papel catalisador nessa transformação nas relações de trabalho, permitindo o surgimento do que fica conhecido como “economia compartilhada”. Modelos tradicionais de prestação de serviços tornam-se mais práticos e simplificados: um serviço, que antes era conhecido e realizado principalmente face a face, agora pode ser encontrado facilmente por meio da internet e de plataformas que prometem facilitar e descomplicar o acesso a tais bens de serviços.

A economia compartilhada surge, inicialmente, com uma aparência de um consumo consciente, porque as pessoas aparentavam compartilhar, reaproveitar e alugar para outras pessoas recursos parados, sem utilização e em depreciação. O uso da internet e de plataformas que auxiliam esse tipo de consumo funciona, muitas vezes, por meio da conexão *peer-to-peer*, que faz a ligação entre o prestador de serviços (aquele que deseja fazer alguma comercialização de determinado serviço) e a pessoa que deseja adquiri-lo (BIANCHI; PACHECO; MACEDO, 2020). Apesar de essas plataformas partirem de um discurso economicamente sustentável, que se origina do princípio que qualquer pessoa pode facilmente se cadastrar e encontrar uma fonte de renda extra, muitas empresas prosperam por causa da redução de custos derivados da desregulamentação geral do mercado de trabalhadores autônomos e informais. Surge, assim, o fenômeno da uberização, equivalente à criação de novas relações de trabalho, muitas vezes como atividades autônomas, em que o trabalhador teria a autonomia e liberdade de escolher seus horários de trabalho, podendo se ver como empreendedor, como seu “próprio chefe”, e criando, muitas vezes, uma visão deturpada do que realmente caracteriza essa nova relação de gerenciamento e de controle do trabalho.

Existem diversas empresas que funcionam dessa maneira, entre as mais populares aqui no Brasil estão iFood, Uber e Rappi. Apesar de um processo de *onboarding*, isto é, de entrar até começar a operar no aplicativo, com poucas barreiras e

atritos para início, muitas vezes a empresa exige uma frequência de utilização da plataforma pelos trabalhadores. Partindo do exemplo das empresas citadas anteriormente, quem não cumprir um nível mínimo de horas e tempo *on-line* na plataforma é passível de receber algumas sanções, que podem ocasionar até mesmo o desligamento. Ocorre também uma terceirização da avaliação dos entregadores e motoristas de tais plataformas, que é feita pelos clientes que contratam o serviço e que geram notas nos aplicativos, o que importa muito para a remuneração dos trabalhadores, sendo uma forma de gamificação. Ainda, “o fluxo de avaliações também funciona como um meio de certificação do trabalho, estabelecendo para o consumidor relações de confiança que não passam mais pelas esferas públicas de certificação do trabalho e das empresas” (ABILIO, 2019, p. 3).

Na uberização, ocorre uma grande exploração da mão de obra, em sua grande maioria de jovens e pobres, por essas grandes empresas que dominam o mercado, enquanto os trabalhadores raramente possuem algum direito ou garantia, uma vez que há pouca ou nenhuma legislação específica ou responsabilidade com as pessoas cadastradas.

Os jovens formam a parcela da população que mais perdeu renda no trabalho nos últimos cinco anos, e é entre a juventude que estão os maiores índices de desigualdade, de acordo com a pesquisa “Juventude e Trabalho”, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV). A pesquisa mostra que, entre 2014 e 2019, jovens de 15 a 29 anos perderam 14% da renda proveniente do trabalho. Entre os jovens mais pobres, esse percentual chegou a 24%, e entre os analfabetos, 51% (NERI, 2019).

A instabilidade e a incerteza são marcas deste momento histórico e instável e atingem a maioria da classe trabalhadora e, como vimos, agressivamente o segmento juvenil. Essa constatação nos aproxima das análises de Ruy Braga (2012) sobre o precariado<sup>4</sup>, por ele analisado. As frações do proletariado mais precarizado, compostas principalmente pelos mais jovens e inscritas no quadro da população excedente e necessária, ganham evidência em relação à forma do desemprego e do trabalho precário, sobretudo daqueles que vivenciam diariamente as desventuras do mundo do trabalho e sua insegurança, marcadamente por suas relações informais, sem proteção e frágeis.

## **Concluindo, sem concluir...**

Falar de “juventude brasileira” é falar de processos resultantes de uma conjugação específica entre herança histórica e padrões societários vigentes. Nesse cenário, entre os jovens brasileiros de hoje, os mais pobres são os mais atingidos pelos processos de desqualificação geradores de desigualdades sociais. Sabemos, no entanto, que a universalização de direitos e acessos não anularia automaticamente os mecanismos que ancoram preconceitos e discriminações

sociais. Desvantagens relativas acentuadas são expressas nas relações étnico-raciais e nos atributos de gênero, idade, local de origem ou de moradia e também de orientação sexual. Nesse sentido, a juventude é como um espelho retrovisor que reflete e revela a sociedade de desigualdades e diferenças sociais. Como diz a psicanalista Maria Rita Khel (2005), “os jovens são sintomas da cultura”.

Ainda assim, a condição juvenil – como etapa da vida que se situa entre a proteção socialmente exigida para a infância e a emancipação esperada na vida adulta – tem suas especificidades. Isso porque a experiência geracional é inédita, já que a juventude é vivenciada em diferentes contextos históricos, e a história não se repete. Desta forma, para pensar na condição juvenil contemporânea, devemos considerar a rapidez e as características das mudanças no mundo de hoje.

Por um lado, houve uma ampliação das agências socializadoras da juventude, que extrapolam o âmbito da família e da escola e implicam o aumento do espaço de influência dos meios de comunicação e a presença da internet. A inovação tecnológica tem aproximado jovens de mundos diferentes. Desiguais e diferenciados por subgrupos etários, pelo nível de escolaridade, por gênero, raça, local de moradia, com acessos diferenciados aos projetos sociais, os jovens de hoje podem ter a mesma quantidade de informações sobre determinado assunto, sobretudo quando fazem parte de um grupo ou movimento cultural ou esportivo. Grupos dos movimentos *hip-hop* se conectam ao Brasil inteiro, por exemplo.

Por outro lado, outra rede internacional – a do chamado narcotráfico – também interfere no “estar no mundo” dos jovens de hoje. Para além do fato de um indivíduo consumir ou não consumir, distribuir ou não distribuir drogas ilícitas, como vive nesta geração, ele convive com os efeitos desse “grande negócio lucrativo” e também com as consequências das políticas de proibição que produzem efeitos perversos nas áreas pobres das cidades, combinando-se com a corrupção e a violência policial. Ou seja, as características do mundo de hoje interferem nas possibilidades e identidades juvenis e no conteúdo dos conflitos e consensos presentes nas relações intergeracionais.

Os efeitos da precarização sobre a formação do trabalhador e seu horizonte de inserção profissional podem ser identificados na formação dos sujeitos trabalhadores. Os jovens percorrem percursos de formação profissional guiados pela insegurança, mas também pelo sonho da integração no mundo do trabalho, mesmo que nas condições impostas por um mundo precário. A realidade do desemprego e das ocupações instáveis torna-se parte integrante da transição da escola para o mundo do trabalho, mediando esses dois espaços. Dessa forma, coloca-se um desafio à escola atual e imputa-se a ela a construção de um projeto para a subordinação ao capital ou emancipação dele.

O incerto e o instável são marcas do processo de precarização. Adaptar os trabalhadores à escassez tem sido o projeto mais emergente do capitalismo em seu atual estágio. Sob as marcas do neoliberalismo e do avanço crescente do con-

servadorismo em todo o mundo, é preciso incentivar a construção de projetos de sucesso individual e cada vez mais competitivo em detrimento dos projetos coletivos. O pouco de civilizatório que o capital se revestiu no século XX agora se desnuda e evidencia seus limites explícitos nos números escandalosos de avanço da pobreza, nos acirramentos das desigualdades e do desemprego e no sentimento de um futuro incerto.

Anualmente, há mais de 34 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 24 anos (IBGE, 2010). Pelo peso numérico e pela gravidade dos problemas que atinge a juventude – sobretudo na área do trabalho e da educação –, ela deve ser objeto de outras pesquisas necessárias e urgentes. Também é grande a premência de reflexões que desvendem seus pontos de vista e suas experiências criativas, que já vêm ampliando seu campo de possibilidades, modificando trajetórias individuais e, com a arte e a cultura, reinventando vínculos e formas de agregação social.

Submissão: 03/10/2020

Revisão: 06/11/2020

Aprovação: 26/11/2020

## Notas

1 Mestre e doutor em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Especialista em Adolescência e Juventude pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Atualmente, atua como gestor educacional da Rede Filhas de Jesus. É membro do Grupo de Pesquisa do Instituto de Pastoral Vocacional (IPV). Assessor de diversos organismos eclesiais e congregações religiosas. É autor do livro “Juventudes: percepções atuais e múltiplos olhares” (Editora Delicatta, 2020), além de diversos outros artigos e livros na área de juventude, educação e religião. E-mail: cadunew@yahoo.com.br.

2 O movimento *Black Lives Matter* está à frente dos recentes protestos que tomaram as ruas das principais cidades dos Estados Unidos após a morte de George Floyd, ocorrido em 2020, homem negro norte-americano. Floyd faleceu após o policial branco, Derek Chauvin, permanecer por mais de 8 minutos com o joelho sobre o seu pescoço, enquanto ele estava algemado e deitado no chão. A morte de Floyd explodiu uma onda de protestos nos Estados Unidos, apoiada por pessoas em todo o mundo. A frase ‘*Black Lives Matter*’ (Vidas negras importam) é vista constantemente durante as manifestações em todo o mundo, inclusive aqui no Brasil.

3 Duas pesquisas icônicas que nos dão um panorama mais completo e profundo da juventude brasileira são: “Retratos da Juventude Brasileira”, realizada em 2003, pelo Instituto Cidadania e pela Fundação Perseu Abramo, e “Agenda Juventude Brasil”, em 2016, organizada por pesquisadores da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

4 Não foi objeto deste artigo apresentar todo o debate teórico em torno do precariado, pois nos basta, por ora, recuperar o conceito a partir da referência de Braga (2012). A noção de precariado é, para o professor Ruy Braga, inerente ao modo de produção capitalista e intrínseco ao processo de mercantilização do trabalho. Não é um subproduto da crise do modelo fordista, mas sim histórico, parte integrante da classe trabalhadora. Braga se preocupa em fazer a distinção entre o precariado e a fração pauperizada: sob o risco do pauperismo é o precariado que está em

permanente trânsito entre a exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica. E, finalmente, a fração pauperizada seria formada pela massa de indigentes, de doentes, de acidentados e de incapacitados para o trabalho por causa da idade. Uma vez nesta condição, tornam-se peso morto no exército industrial de reserva, deixam de cumprir qualquer função de exploração econômica de classe (BRAGA, 2012).

## Referências

- ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 1-11, nov. 2019. Disponível em: <https://www.psicoperspectivas.cl/index.php/psicoperspectivas/article/viewFile/1674/1079>. Acesso em: 25 set. 2020.
- ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Martoni (org.). **Retratos da juventude brasileira** - análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BIANCHI, Sabrina Ripoli; MACEDO, Daniel Almeida de; PACHECO, Alice Gomes. A uberização como forma de precarização do trabalho e suas consequências na questão social. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, v. 6, n. 10, p. 134-156, 2020. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/9755>. Acesso em: 25 set. 2020.
- BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no sul global. São Paulo, Boitempo, 2017.
- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.
- FRANKL, Viktor. **Em busca de sentido**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação: o presente e o futuro interditados ou em suspenso. In: TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria. **Trabalho e educação de jovens e adultos**. Brasília: Liber Livro, 2011. p. 99-133.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 set. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

KHEL, Maria Rita. Juventude como sintoma da cultura. *In*: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 2002.

MELLO, Cecília; NOVAES, Regina. Jovens do Rio. **Valores, circuitos e acessos**. Rio de Janeiro: ISER, 2002.

NERI, Marcelo (coord.). **Juventude e trabalho: qual foi o impacto da crise na renda dos jovens? E nos nem-nem?** Rio de Janeiro: FGV Social, 2019. Disponível em: [https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Pesquisa-Jovens\\_Crise\\_Trabalho\\_NemNem\\_Marcelo-Neri-FGV-Social.pdf](https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Pesquisa-Jovens_Crise_Trabalho_NemNem_Marcelo-Neri-FGV-Social.pdf). Acesso em: 25 set. 2020.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. *In*: ALMEIDA, Maria Isabel; EUGÊNIO, Fernando (org.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NÚCLEO DE ESTUDOS da Cidadania, Conflito e Violência Urbana. Disponível em: <http://necvu.com.br/>. Acesso em: 25 set. 2020.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Global employment trends for youth 2017: paths to a better working future**. Geneva: OIT, 2017. Disponível em: [http://www.ilo.org/global/publications/books/global-employment-trends/WCMS\\_598669/lang--pt/index.htm](http://www.ilo.org/global/publications/books/global-employment-trends/WCMS_598669/lang--pt/index.htm). Acesso em: 10 set. 2020.

PEREGRINO, Mônica. Juventude, trabalho e escola: elementos para análise de uma posição social fecunda. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 31, n. 84, p. 275-291, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n84/a07v31n84.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016**. Brasília: FLACSO/UNESCO, 2016.